



260

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 349410-0

Recorrente: Carlos Alberto Queiroz

Defensor Público: Dr. Carlos Alberto dos Santos Viégas

Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Comarca de Condado – Vara única (processo nº 0000390-37.2006.8.17.0510)

Procurador de Justiça: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

2ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PRONÚNCIA. HOMICÍDIO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. LEGÍTIMA DEFESA. DÚVIDA. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO NA FASE DE PRONÚNCIA. QUALIFICADORA (INCISO IV DO ART. 121, § 2º, DO CPB). INCERTEZA. IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO NESSA MESMA FASE. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. DECISÃO MANTIDA.

1. As excludentes de ilicitude só podem ser reconhecidas, na fase do *jus accusationis*, se os argumentos aduzidos para tal forem absolutamente incontestáveis e de pronta detecção, o que não ocorre no caso concreto.
2. Para afastar qualquer qualificadora, é necessário que não haja nenhuma dúvida acerca da sua inexistência. Não é o caso dos autos.
3. Em suma, se pairam dúvidas, na fase do *jus accusationis*, sobre a configuração de qualificadoras e excludentes de ilicitude, tais incertezas só poderão ser dirimidas pelo Tribunal do Júri, juízo natural dos crimes contra a vida.
4. Recurso não provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 349410-0, da Comarca de Condado, em que figuram as partes epigrafadas. Acordam unanimemente os desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada no dia 24 / 09 / 2014, em **negar provimento** ao presente recurso, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 24 de

de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva,
Desembargador Relator



255
RZ

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antnio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 349410-0

Recorrente: Carlos Alberto Queiroz

Defensor Público: Dr. Carlos Alberto dos Santos Viégas

Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Comarca de Condado – Vara única (processo nº 0000390-37.2006.8.17.0510)

Procurador de Justiça: Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

2ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto pelo réu **Carlos Alberto Queiroz** contra a decisão de fls. 217 a 219, proferida pelo Dr. Eugênio Cícero Marques, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Condado, que o pronunciou por suposto cometimento de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal).

Em suas razões recursais (fls. 228 a 231), o recorrente pugna por sua absolvição sumária, sob o argumento de que agiu em legítima defesa própria. Alternativamente, requer a exclusão das circunstâncias qualificadoras.

Contra-arrazando (fls. 233 a 239), o Dr. Eduardo Henrique Gil Messias de Melo, representante do Ministério Público no primeiro grau, rebate os argumentos da Defesa, e requer seja negado provimento ao recurso, para que, por conseguinte, seja mantida a decisão de pronúncia.

O juiz pronunciante manteve sua decisão (fl. 241).

Nesta instância, o Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho, 15º Procurador de Justiça, emitiu seu parecer pelo não-provimento do recurso mantendo-s inalterada a pronúncia.

Está feito o relatório. Inclua-se na pauta de julgamento.

Recife, 12 de setembro de 2014.


Antonio Carlos Alves da Silva,
Desembargador Relator



105
265

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 349410-0

Recorrente: Carlos Alberto Queiroz

Defensor Público: Dr. Carlos Alberto dos Santos Viégas

Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Comarca de Condado - Vara única (processo nº 0000390-37.2006.8.17.0510)

Procurador de Justiça: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

2ª CÂMARA CRIMINAL

Senhor Presidente,
Senhores Desembargador,
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça:

VOTO

Como visto no relatório, o réu **Carlos Alberto Queiroz** requer absolvição sumária, sob o argumento de que agiu legítima defesa. Alternativamente, pugna pelo afastamento das qualificadoras.

De acordo com a denúncia, no dia 16/09/2006, por volta da 16h00min, no interior do 'Bar de Daniel Elias', situado no loteamento São Roque - Goiana / PE, o réu teria assassinado a pessoa de Luiz Carlos Bezerra de Sousa, a golpes de faca, sem dar-lhe a mínima oportunidade de defesa, já que a vítima estava em completo estado de embriaguez. A inicial acusatória também narra que *"a vítima teria dado um tapa no rosto do acusado, pouco tempo antes do crime, sem que o denunciado tivesse revidado no mesmo instante, pois ambos se encontravam bebendo no mesmo local"* (sic, fl. 48)

A materialidade está demonstrada principalmente na perícia tanatoscópica de fl. 58. Os indícios suficientes de autoria, por sua vez, são vislumbrados nos depoimentos das testemunhas, tanto em sede extrajudicial como em juízo, bem assim, nas declarações do próprio acusado, ora recorrente.

Vejamos os seguintes excertos deponenciais, prestados em juízo pela testemunha Maria José da Silva (fl. 74):

«(...) Que ficou sabendo da informação de que Dudu tinha matado a vítima quando acordou no mesmo dia a noite. Que o comentário no local onde morava onde acordou é que Dudu havia matado a vítima. (...)»

Mesmo a Srª Rosinete Rodrigues Queiroz, mãe do acusado, fez estas declarações (fls. 84 e 85):

«(...) Que também ficou sabendo que [a vítima] chegou a dar um tapa no acusado alegando que ele estava lhe encarando. Que a vítima chegou a ameaçar o acusado de morte. Que após o tapa no acusado, a vítima ainda chegou a perguntar



262

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

ao dono do bar se ele queria levar um tapa na cara. Que não sabe dizer quanto tempo depois o acusado reagiu esfaqueando a vítima. (...) Que foram dados três golpes na vítima. (...) Que o acusado usou uma faca, mas não sabe dizer de quem era. Que o acusado não saiu de casa armado naquele dia. (...)»

Por seu turno, a testemunha Edilene Cosmo de Almeida, testemunha também arrolada na denúncia, disse, entre outras coisas, o seguinte (fl. 85):

«Que presenciou os fatos narrados na denúncia. Que no dia dos fatos estava na companhia do acusado e de outros colegas, ingerindo bebida alcoólica no bar de "Buga". (...) Que quando o denunciado foi baixar o som a vítima lhe deu um tapa no rosto. Que quando o acusado voltou para a mesa, a vítima chegou a dizer a ele se ele insistisse lhe dava outro tapa e dez facadas. Que prontamente o acusado puxou a faca que estava na cintura e desferiu vários golpes contra a vítima. Que não sabe dizer se a vítima estava armada, mas ao fazer a ameaça, colocou a mão por dentro da camisa como se estivesse. (...) Que o acusado estava muito embriagado, pois estavam bebendo há muito tempo, passando de um bar para outro desde a noite anterior. (...) »

Ora, os indícios de autoria também se revelam nas palavras do próprio réu-recorrente (fls. 60 a 63):

«(...) Que o interrogando foi colocar uma fixa [ficha] na radiola do bar onde ocorreu o fato denunciado, ocasião em que se aproximou a pessoa da vítima. Que naquela ocasião a vítima deu um tapa na cara dele acusado. (...) Que a vítima continuou a encarar a pessoa do acusado, inclusive rindo e jogando cerveja no chão. Que aquela situação já preocupou o acusado. Que o acusado novamente foi em direção a radiola de CD. Que quando estava escolhendo uma música na radiola, se aproxima novamente a pessoa da vítima, dizendo que se o interrogando olhasse novamente para ela (vítima), a mesma iria dá outra tapa nele acusado e aplicar-lhe golpes de peixeira. Que naquele momento a vítima estava com as mãos nos quartos numa menção que estava querendo sacar de uma faca. Que o acusado sacou de sua faca peixeira e desferiu um golpe no pescoço da vítima. Que a vítima partiu para cima do acusado, tendo este desferido mais dois golpes. Que após desferir os golpes de faca peixeira na vítima o interrogando evadiu-se do local. (...)»

Como se vê, há indícios de autoria reverberados nos depoimentos das testemunhas, que, somados às declarações do réu, pressagiam a *possibilidade* de ele vir a ser tido como autor do crime que lhe é imputado.

Quanto à alegada 'legítima defesa própria', esclareço que as excludentes de ilicitude especificadas no art. 23 do CPB só podem ser reconhecidas, na fase do *jus accusationis*, se os argumentos aduzidos para tal forem absolutamente incontestáveis e de pronta detecção, o que não ocorre nos autos.



263

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Devemos observar que, apesar da firme asserção do recorrente, no sentido de que 'matou para não morrer, existem pontos controversos nesse particular, conforme de verifica nos depoimentos de algumas testemunhas.

Rosinete Rodrigues Queiroz, mãe do acusado, embora afirmando que "a intenção do acusado era se defender, pois se não matasse a vítima ele mesmo morreria", logo em seguida asseverou que "não saber dizer se o acusado tinha condições de sair do local e evitar que o pior ocorresse" (*sic*, fl. 84).

Já a testemunha Edilene Cosmo, ouvida em juízo, faz três menções que levantam dúvidas quanto à excludente de ilicitude em tela: 1ª) "Que não sabe dizer se o acusado tinha algum meio de impedir que o pior acontecesse"; 2ª) "Que até a presente data, não sabe informar se a vítima estava armada"; 3ª) "Que não sabe dizer se o denunciado realmente tinha necessidade de desferir vários golpes na vítima".

Ora, na fase do *jus accusationis*, em que prevalece o princípio *in dubio pro societate*, uma vez demonstrada a materialidade, e havendo indícios suficientes de autoria, as teses e questionamentos acerca da ocorrência de excludentes de ilicitude, tais como a legítima defesa, devem ser levados a julgamento do Tribunal do Júri, juízo natural dos crimes contra a vida, que tem competência plena de julgar e decidir o mérito da causa.

Pelas mesmas razões, para afastar qualquer das qualificadoras do tipo penal, faz-se absolutamente necessário que não haja nenhuma dúvida acerca da inexistência dessas circunstâncias, como, por exemplo, a afirmação unânime das testemunhas de que *nada teria dificultado ou impossibilitado a defesa da vítima*. Tal, entretanto, não se verifica nos autos.

Vejamos o entendimento jurisprudencial do STJ sobre esses pontos:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. DÚVIDA EM RELAÇÃO À EXCLUDENTE DE ILICITUDE DE LEGÍTIMA DEFESA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA E AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR N.º 07 DESTA CORTE. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. QUALIFICADORA DO ART. 121, § 2.º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.

1. Mantida a sentença de pronúncia pelo Tribunal *a quo*, que aplicou o princípio *in dubio pro societate*, pois não seria possível a absolvição sumária do Acusado por faltar a inequívoca comprovação da ação em legítima defesa, a pretensão do Agravante de afastar tais fundamentos implica, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com a via eleita, em face do óbice contido na Súmula n.º 07 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Só podem ser excluídas da sentença de pronúncia as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes, uma vez que não se pode usurpar do Tribunal do Júri



264

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax).

o pleno exame dos fatos da causa. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1249874/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/02/2011, DJe 21/02/2011).

Esta corte tem a mesma inteligência:

“(…) 2. A absolvição sumária por legítima defesa, em consonância com a hodierna doutrina e jurisprudência, só deve ter lugar quando houver prova incontestada da sua ocorrência. 3. Havendo indícios de que uma das vítimas foi morta após ser perseguida e ferida, não deve ser afastada do exame do Tribunal Popular a qualificadora inculpada no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.” (RSE nº 194803-6. Rel.: Gustavo Augusto Rodrigues De Lima. 4ª Câmara Criminal. Julgado em 4/11/2009. Public. 107).

Em suma, se pairam dúvidas, na fase do *jus accusationis*, sobre a configuração de excludentes de ilicitude e/ou de qualificadoras, tais incertezas só poderão ser dirimidas pelo Tribunal do Júri, que apreciará e julgará não só o mérito da causa, mas também as circunstâncias em que o alegado crime tenha ocorrido.

Por tudo isso, e de acordo com o parecer do ilustre Procurador de Justiça, **voto pelo não-provimento** do recurso, mantendo a decisão de pronúncia, para que o recorrente Carlos Alberto Queiroz seja submetido ao julgamento do Tribunal do Júri da Comarca de Condado.

Recife, 24 de

de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva,
Desembargador Relator